

Os EUA aos 250 anos: entre valores universais e interesses nacionais

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 30 de julho de 2026

Os Estados Unidos da América completaram 250 anos de independência. A passagem de uma data tão marcante oferece uma excelente oportunidade para se discutir o papel que a superpotência militar, econômica, científico-tecnológica e cultural desempenha no atual momento do sistema internacional.

Em 4 de julho de 1776, no Segundo Congresso Continental, foi adotada a Declaração de Independência, principalmente redigida por Thomas Jefferson, cujo preâmbulo continha sua frase mais famosa, que inspirou americanos e não-americanos desde então: “Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas: que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.”



Mesmo que a declaração contivesse contradições incontornáveis e óbvias com a realidade dos fatos à época, afinal a nação que

surgia mantinha a escravidão e não tratava homens e mulheres com igualdade, o documento lançava as sementes das ideias que, no futuro e à custa de muito sangue, levariam os EUA às transformações sociais que, se não tornaram todos os homens iguais, pelo menos aproximaram aquela sociedade desse objetivo de forma mais consistente do que a maior parte dos países do mundo.

Nessa caminhada de 250 anos, na qual uma frouxa reunião de treze ex-colônias se transformou na maior superpotência global, os EUA sempre viveram um dilema: como equilibrar os valores fundamentais que proclamavam com seus próprios interesses ao lidar com os demais países?

Essas tensões ficam claríssimas logo após a Primeira Guerra Mundial quando, apesar do presidente dos EUA, Woodrow Wilson, ter sido o maior incentivador da criação da Liga das Nações, cujo objetivo era preservar a paz por meio da segurança coletiva, da diplomacia e da redução de armamentos, no próprio Senado americano essa ideia era combatida, sob o argumento de que a adesão do país poderia envolvê-lo em conflitos que nada tinham a ver com seus interesses. Por fim, o Senado vetou a adesão dos EUA à Liga, enfraquecendo-a já no nascimento, e contribuindo decisivamente para o seu fracasso.

Na Segunda Guerra Mundial, após o ataque japonês a Pearl Harbor, tropas americanas lutaram na Europa, no Norte da África e no Pacífico. A um custo de mais de 400 mil vidas, os EUA lideraram os aliados na vitória contra o nazifascismo. Entretanto, também legaram ao mundo o terror nuclear, ao lançarem as bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.

Foi ainda durante a Segunda Guerra Mundial que, reunidos em Bretton Woods, nos EUA, representantes de 44 países criaram as duas instituições financeiras – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – que moldariam as relações econômicas globais por décadas e consolidariam a liderança

econômica norte-americana no pós Segunda Guerra.

Em 1945, ao fim da guerra, mais uma vez os EUA lideraram a criação de um organismo multilateral: a ONU. Aprendendo com os erros da Liga das Nações, as Nações Unidas organizaram-se de forma a balancear as tensões entre seus mais poderosos membros, o que contribuiu para a sua longevidade até os dias atuais.



[Ofertas Amazon para o Dia dos Pais](#)

Entre 1947 e 1991, o mundo mergulhou na Guerra Fria, com os EUA imersos em uma enorme competição ideológica com a União Soviética, sob a ameaça de um conflito nuclear que repetidamente atingiu níveis extremos, além da eclosão de diversos conflitos por procuração entre norte-americanos e soviéticos. A criação da OTAN e o Plano Marshall fortaleceram os laços dos EUA com a Europa Ocidental. Ao travarem a guerra contra o comunismo, os norte-americanos envolveram-se internacionalmente de forma profunda, indo à guerra na Península da Coreia e no Vietnã, influenciando e interferindo em governos de diversas partes do mundo.

No início da década de 1990, com a dissolução da União Soviética e a acachapante vitória sobre as forças iraquianas, que em seis semanas foram expulsas do Kuwait, os EUA demonstraram ser a única superpotência militar do planeta.

Estava inaugurado o momento unipolar, no qual os norte-americanos acreditaram que passariam a liderar uma ordem internacional de valores compartilhados em torno de ideias liberais, à sua própria imagem e semelhança.

Entretanto, em 2003, no contexto da guerra ao terror iniciada após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os EUA invadiram o Iraque sem a necessária autorização do Conselho de Segurança da ONU, naquele que talvez tenha sido o exemplo mais claro da tensão entre a retórica de liberdade, democracia e ordem internacional, de um lado, e a prática unilateral do poder militar, de outro.

Na segunda década do século XXI, a acelerada ascensão da China levou a potência asiática a desafiar essa ordem, oferecendo-se como liderança alternativa e passando a competir com os Estados Unidos especialmente no campo econômico, mas também, de forma crescente, nos campos científico-tecnológico e militar.

É nesse novo contexto de competição estratégica que surge Donald Trump como líder de um movimento que promove profundas transformações na forma como os EUA se relacionam com o restante do mundo. Já em seu primeiro mandato, mas de maneira ainda mais clara no segundo, Trump passou a colocar aquilo que ele julga serem os interesses norte-americanos acima dos compromissos multilaterais, das alianças tradicionais e até de algumas das instituições que ajudaram a sustentar a própria supremacia dos Estados Unidos no pós-guerra.

Mas Trump não criou essa tensão. Ele apenas a tornou mais explícita. Desde 1776, os EUA convivem com a difícil tarefa de conciliar a força moral de seus valores fundadores com a lógica dura da política de poder. A liberdade, a democracia, os direitos individuais e a defesa de uma ordem baseada em regras sempre foram componentes importantes da identidade internacional norte-americana. Ao mesmo tempo, esses princípios foram frequentemente relativizados quando entraram

em choque com os interesses estratégicos do país.

É nesse espaço aberto pela percepção da perda de coerência entre discurso e prática que a China encontra oportunidades estratégicas. Pequim não precisa convencer o mundo de que representa valores mais universais do que os norte-americanos. Basta-lhe explorar a crescente percepção de que os Estados Unidos defendem regras, instituições e princípios apenas quando estes favorecem seus próprios interesses. Quanto mais a liderança norte-americana parecer seletiva, unilateral ou contraditória, mais espaço a China terá para apresentar sua ascensão como alternativa a uma ordem internacional percebida por muitos como moldada à conveniência de Washington.

Aos 250 anos de independência, esse talvez seja o grande dilema dos Estados Unidos. Se quiserem continuar apresentando sua liderança como expressão de valores universais, precisarão demonstrar que as regras que defendem também limitam a sua própria ação. Caso contrário, sua política externa será percebida, cada vez mais, não como a defesa de uma ordem internacional fundada em princípios, mas como a atuação de uma grande potência que invoca valores quando eles servem aos seus interesses e os abandona quando eles passam a limitá-los.

Este artigo foi originalmente publicado em minha coluna na
Gazeta do Povo, em 06 Jul 2026.

[Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua
manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores
clique aqui e saiba como!](#)